



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290313-3

AGRAVANTE: CARTAGO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

AGRAVADO: SAMUEL GUSTAVO CAVALCANTI

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. PROCESSO PRINCIPAL E CAUTELAR. EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO QUANTO À CAUTELAR E DUPLO EFEITO QUANTO À AÇÃO PRINCIPAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tratando-se de sentença que julgou improcedente processo principal e extinguiu medida cautelar, a Apelação, no que se refere à Cautelar, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, em obediência ao inciso IV do art. 520 do CPC. Quanto à ação principal, deve ser recebida em ambos os efeitos, pois não se verifica nenhuma das hipóteses previstas em lei. Precedentes do STJ e TJPE.

2. A atribuição de ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, à Apelação quanto à ação principal, não tem o condão de restabelecer a liminar que foi cassada na sentença, já que a Apelação, no que se refere à Cautelar, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.

3. Agravo de Instrumento a que se dá parcial provimento.

4. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar parcial provimento** ao presente Agravo de Instrumento, tudo na



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas e do Relatório que as integra.

Recife,

19 de Março de 2013

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290313-3

**AGRAVANTE: CARTAGO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO LTDA**

AGRAVADO: SAMUEL GUSTAVO CAVALCANTI

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida pelo Juízo da 26ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE que, nos autos de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Danos Morais, recebeu o recurso de Apelação apenas no efeito devolutivo.

Aduz o agravante que a Apelação deveria ter sido recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 520 do CPC, as quais são as únicas que permitem a recepção de tal recurso apenas no efeito devolutivo. Além disso, se trata de ação que visa verificar a exigibilidade de um crédito, que em virtude da decisão agravada foi protestado, acarretando inúmeros prejuízos à agravante. Assim, requer a reforma da decisão vergastada, no sentido de receber a apelação interposta no duplo efeito.

Em suas contrarrazões, o agravado alega que a Apelação referente ao processo cautelar deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, conforme prevê o art. 520, IV, do CPC. Aduz que, caso a Apelação referente ao processo principal seja recebido no duplo efeito, não existe possibilidade de restaurar os efeitos da liminar conferida na cautelar, porque fora cassada em sede de sentença que a julgou improcedente, extinguindo-se assim a verossimilhança das alegações trazidas pela agravante. Assim, o efeito suspensivo da Ação Principal será em face da sentença, e não terá poder algum de conferir novamente os efeitos da liminar para sustação dos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

protestos, mesmo porque esta já foi revogada em sede de sentença. Aduz ainda que o agravante não demonstrou o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*. Requer, por fim, que seja negado provimento ao presente Agravo de Instrumento, devendo o Recurso de Apelação interposto pelo Agravante ser recebido apenas no efeito devolutivo.

É o que importa relatar.

Recife/PE, 04 de Março de 2013


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290313-3

**AGRAVANTE: CARTAGO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO LTDA**

AGRAVADO: SAMUEL GUSTAVO CAVALCANTI

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

O cerne da questão posta com o presente recurso é determinar se a Apelação interposta em face de sentença que julga, simultaneamente, a Ação Principal e a Ação Cautelar, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, ou nos efeitos devolutivo e suspensivo, como requer o agravante.

In casu, a sentença julgou improcedente a Ação Principal e extinguiu a medida cautelar, cessando a eficácia da liminar que havia deferido anteriormente a sustação dos protestos das notas promissórias feito pelo agravado Samuel Gustavo Cavalcanti. Quando da interposição da Apelação, o juiz singular recebeu o apelo apenas no efeito devolutivo.

Entretanto, o Código de Processo Civil prevê expressamente, em seu artigo 520, as hipóteses em que a Apelação será recebida apenas no efeito devolutivo:

Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que:

- I - homologar a divisão ou a demarcação;
- II - condenar à prestação de alimentos;
- III - (Revogado pela L-011.232-2005)
- IV - decidir o processo cautelar;**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE – CEP. 50.020-230

V - rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes;

VI - julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.

VII – confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;

Do exposto, depreende-se que a Apelação, no que se refere à Cautelar, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, em obediência ao inciso IV do supracitado artigo. Quanto à ação principal, deve ser recebida em ambos os efeitos, pois não se verifica nenhuma das hipóteses previstas na lei.

Acerca do tema, é pacífico o posicionamento do STJ e deste Tribunal.

Vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR E AÇÃO PRINCIPAL. SENTENÇA ÚNICA. APELAÇÃO. EFEITOS. - **Julgadas ao mesmo tempo a ação principal e a cautelar, a respectiva apelação deve ser recebida com efeitos distintos, ou seja, a cautelar no devolutivo e a principal no duplo efeito. - As hipóteses em que não há efeito suspensivo para a apelação estão taxativamente enumeradas no art. 520 do CPC, de modo que, verificada qualquer delas, deve o juiz, sem qualquer margem de discricionariedade, receber o recurso somente no efeito devolutivo.** - Não há razão para subverter ou até mesmo mitigar a aplicação do art. 520 do CPC, com vistas a reduzir as hipóteses em que a apelação deva ser recebida apenas no efeito devolutivo, até porque, o art. 558, § único, do CPC, autoriza que o relator, mediante requerimento da parte, confira à apelação, recebida só no efeito devolutivo, também efeito suspensivo, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação. Embargos de divergência a que se nega provimento. (STJ – EREsp 663570 SP 2008/0270556-3, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 15/04/2009, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 18/05/2009)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGA



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

IMPROCEDENTES AS AÇÕES PRINCIPAL E CAUTELAR. EFEITOS. 1. Não se conhece de Recurso Especial quanto à matéria não especificamente enfrentada pelo Tribunal de origem, dada a ausência de prequestionamento. Incidência, por analogia, da Súmula 282/STF. 2. **Hipótese em que a Apelação da sentença que julgou improcedente o pedido do processo principal foi recebida no duplo efeito; e a Apelação da sentença que extinguiu a Medida Cautelar, apenas no efeito devolutivo.** 3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a Apelação interposta contra sentença que julga improcedentes a Ação Principal e a Ação Cautelar deve ser recebida com efeitos distintos, isto é, a Cautelar somente no efeito devolutivo, e a Principal no duplo efeito. 4. Agravo Regimental não provido. (STJ- AgRg no Ag 1209342/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 06/08/2010)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE RECEBE APELAÇÃO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. **AÇÃO CAUTELAR E AÇÃO PRINCIPAL. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO COM EFEITOS DIVERSOS. IMPROVIMENTO DO AGRAVO. DECISÃO MANTIDA.** 1. As hipóteses de recebimento do recurso de apelação no efeito devolutivo estão enumeradas no art. 520, do CPC. 2. **A apelação interposta contra decisão simultânea de Ação Ordinária e Cautelar deve ser recebida com efeitos diversos, não se justificando o recebimento no duplo efeito quanto à Cautelar, impondo-se o duplo efeito somente no tocante à ação principal.** (TJPE. 2640635 PE 0001671-93.2012.8.17.0000, Relator: José Fernandes, Data de Julgamento: 07/03/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 50)

É importante ressaltar que a atribuição de ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, à Apelação quanto à Ação Principal, não tem o condão de restabelecer a liminar que foi cassada na sentença, já que a Apelação, no que se refere à Cautelar, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.

Outrossim, descarta-se a concessão de efeito suspensivo à Apelação, no que se refere à Cautelar, com base no parágrafo único do art. 558 do CPC, uma vez que não há nos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MOTA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 1º andar – Fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

autos nada que demonstre a existência de hipótese de incidência de lesão grave e de difícil reparação.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação cautelar. Sustação dos efeitos de protesto de título. Liminar concedida. Posterior julgamento conjunto das ações principal e cautelar. Sentença de improcedência. Recurso de apelação recebido em ambos os efeitos. Recebimento que, no tocante à cautelar, produz apenas o efeito devolutivo. Art. 520, IV, do CPC. Jurisprudência do STJ. Ofício jurisdicional do juízo de primeiro grau exaurido com a prolação da sentença. Pretensão da agravante à manutenção dos efeitos da liminar até o trânsito em julgado. Inadmissibilidade. Agravo não provido. (...) Além disso, o deferimento do pedido de sustação de protesto é incompatível com a revogação da liminar determinada pela r. sentença. O efeito suspensivo atribuído ao recurso de apelação não reestabelece os efeitos da liminar cassada pela sentença, mesmo porque nesse ponto o recurso tem apenas efeito devolutivo, nos termos do artigo 520, IV, do Código de Processo Civil. (753334120128260000 SP 0075333-41.2012.8.26.0000, Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento: 30/07/2012, 10ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 01/08/2012)

LIMINAR - REVOGAÇÃO EM SEDE DE SENTENÇA- Decisão que julgou processos cautelares e principais improcedentes e revogou as liminares de sustação de protesto - Insurgência - Pretensão de restabelecimento da eficácia das liminares, tendo em vista o oferecimento de recurso de apelação - Inadmissibilidade - Duplo efeito do art. 520 do CPC não tem o condão de produzir eficácia ripristinatória das liminares cassadas -Medida concedida em sede de cognição sumária de caráter precário e temporário - Substituição pela sentença proferida em cognição exauriente - Ausência de requisitos para a concessão da tutela, neste momento processual - Exegese do art. 273 do CPC - Recurso não provido. (514690820118260000 SP 0051469-08.2011.8.26.0000, Relator: Rubens Cury, Data de Julgamento: 29/06/2011, 18ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/07/2011)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Pelo exposto, voto no sentido de **dar parcial provimento** ao presente Agravo de Instrumento, apenas para receber a Apelação no duplo efeito em relação à Ação principal, mantendo-se o efeito meramente devolutivo no que se refere ao procedimento cautelar.

Recife,

19 de março de 2017

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator